



***DOCENTES LGBT: O QUE TEM EVIDENCIADO AS PESQUISAS
CONTEMPORÂNEAS***

***MAESTROS LGBT: LO QUE LA INVESTIGACIÓN CONTEMPORÁNEA
HA EVIDENCIADO***

***LGBT TEACHERS: WHAT CONTEMPORARY RESEARCH HAS
EVIDENCED***

Paula Hosana Silveira Biazus¹

Vantoir Roberto Brancher²



RESUMO

O presente escrito trata-se de um levantamento bibliográfico, tendo por objetivo analisar as produções do “GT-23: Gênero, Sexualidade e Educação” das reuniões anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação do período que compreende os anos de 2008 e 2017. Dessa análise emergiram sete artigos os quais serão discutidos no sentido de investigar os espaços dados e tomados pelos pesquisadores à discussão das especificidades da população LGBT enquanto docentes. Os resultados apontam para pouca discussão sobre docentes LGBT, nenhum alinhamento com a EBPTT e a ainda forte presença de heteronormatividade nos discursos sociais. Nesse sentido, entendemos que a ampliação das discussões permitem ofertar outras formas de fazer ver e fazer ser vista as docências LGBT.

PALAVRAS-CHAVE: Docentes LGBT. Educação. Avaliação de Produções.

¹ Mestranda em Educação Profissional e Tecnológica (Universidade Federal de Santa Maria). Psicóloga (Faculdade Integrada de Santa Maria). Especialista em Gestão de Recursos Humanos (Centro Universitário Internacional).

² Pedagogo. Graduação em Pedagogia (Universidade Federal de Santa Maria), Mestrado e Doutorado em Educação (UFSM). Professor Titular do Instituto Federal Farroupilha – campus Jaguari/RS. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) do Instituto Federal Farroupilha – campus Jaguari/RS e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (PPGEPT) da UFSM.

RESUMEN

El presente escrito se trata de un levantamiento bibliográfico, con el objetivo de analizar las producciones del "GT-23: Género, Sexualidad y Educación" de las reuniones anuales de la Asociación Nacional de Investigación y Postgrado en Educación del período que comprende los años de 2008 y 2017. De este análisis surgieron siete artículos que serán discutidos en el sentido de investigar los espacios dados y tomados por los investigadores a la discusión de las especificidades de la población LGBT como docentes. Los resultados apuntan a poca discusión sobre docentes LGBT, ninguna alineación con la EBPTT y la aún fuerte presencia de heteronormatividad en los discursos sociales. En ese sentido, entendemos que la ampliación de las discusiones permiten ofrecer otras formas de hacer ver y hacer ver las docencias LGBT.

PALABRAS-CLAVE: Docentes LGBT. Educación. Evaluación de Producciones.

ABSTRACT

The present paper is a bibliographical survey, with the objective of analyze the productions of the "GT-23: Gender, Sexuality and Education" of the annual meetings of the National Association of Research and Post-Graduation in Education, on the period comprising the years of 2008 and 2017. From this analysis emerged seven articles which will be discussed in order to investigate the spaces given and taken by the researchers to the discussion of the specificities of the LGBT population as teachers. The results point to small discussion about LGBT teachers, no alignment with EBPTT and the still strong presence of heteronormativity in social discourses. In this sense, we understand that the expansion of the discussions allow us to offer other ways of making LGBT teaching visible.

KEYWORDS: LGBT Teachers. Education. Production Evaluation.

* * *

Primeiras Linhas

Nos consultórios, na mesa de bar, na escola e no cotidiano a sexualidade sempre esteve presente, porém encontra-se ainda mais em evidência na contemporaneidade. O fato se deve tanto às discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com propostas construídas desde a promulgação da Constituição Federal em 05 de outubro de 1988, quanto aos movimentos de conservadorismo social e que tentaram e conseguiram retirar diversos tópicos do documento. A BNCC foi promulgada em 20 de dezembro de 2017, mas os debates não encerram nesta data.

Inicia-se a construção desse artigo a partir da lembrança desse documento dada intensidade com a qual as temáticas de gênero foram debatidas no mesmo. A

polêmica gerada em torno do assunto conseguiu, inclusive, barrar a distribuição de materiais a alunos da rede pública de ensino em níveis Fundamental e Médio que, de acordo com parecer de aprovação da representação da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no Brasil, estavam “adequados às faixas etárias e de desenvolvimento afetivo-cognitivo a que se destinam”. Ou seja, a polêmica levantada por um então deputado federal era de que os livros e vídeos que trabalhavam a diversidade sexual e o enfrentamento do preconceito, na verdade estariam por incentivar a sexualidade precoce dos futuros leitores.

No presente escrito optamos pelo levantamento bibliográfico, observando o período de 2008 a 2017, das produções do GT-23: “Gênero, Sexualidade e Educação”, das reuniões anuais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação (ANPEd). A escolha por essa base de dados deve-se pela relevância dos eventos promovidos pela entidade e pelo alcance que as discussões nos trabalhos apresentados tem no campo da educação brasileira. O lapso temporal refere-se à instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criando os Institutos Federais de Educação, Ensino e Tecnologia, a partir da lei no. 11.892 de 29 de dezembro de 2008, até a instituição da BNCC, além de prezar pela atualidade dos escritos sobre a temática.

Esses extremos foram elencados por nossas pesquisas investigarem a EBPTT (Educação Básica Profissional, Técnica e Tecnológica), no sentido de investir no desenvolvimento desta modalidade em pesquisa de mestrado que encontra-se em andamento. E por enfocarem a “promoção da justiça social, da equidade, do desenvolvimento sustentável com vistas à inclusão social, bem como a busca de soluções técnicas e a geração de novas tecnologias” (VIDOR et. al., 2011, p. 50), a associação com a temática se faz mais do que coerente.

Ao considerarmos que a sexualidade compõe um dos dispositivos pelos quais a subjetividade humana pode ser compreendida acompanhamos Weeks (2000, p. 29) quando indica ser ela uma composição das crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas, tendo como cerne a divisão binária dos sexos. Entendemos que a sexualidade funciona como “um dispositivo histórico” (FOUCAULT, 1988, p. 100), uma espécie de óculos pelos quais se observam os sujeitos.

Desta forma, enquanto uma produção humana, ao falarmos sobre a sexualidade, falamos do exercício de poder sobre os discursos de normalidade, aceitabilidade, forma e conteúdo, pelos quais passou-se a hierarquizar os sujeitos, determinando, ainda, espaços àqueles que divergissem do padrão ou do que fora eleito como normal. Seguindo esses passos, acreditava-se que por meio da discussão, teorização, compreensão da sexualidade seria possível compreender a verdade sobre os sujeitos, de modo que as associações produzidas nesse campo revelariam a essência humana.

Portanto, investigar sobre sexualidade permite certa aproximação aos “conceitos, preconceitos, sentidos e significados sobre a sexualidade humana que foram construindo e internalizando” (PENA; GASTAL, 2017, p. 356). Tal afirmativa se encontra em sintonia com a proposição de nossas escritas, posto que do mesmo modo em que somos inseridos em um conjunto de significações que tem a sexualidade como um de seus enfoques, precisamos nos educar para a sexualidade, reconhecendo as formas como esse conhecimento tem impactado, por exemplo, nas representações que temos dos sujeitos que somos e daqueles que chegam até nós. O olhar aqui empreendido, porém, não é de colocar em evidência a sexualidade, mas reconhecer o espaço dado a esse dispositivo de forma que não seja mais tomada como critério de exclusão.

Dessa maneira, propomos investigar o que se tem falado acerca de sujeitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros)³ enquanto docentes. A escolha pela investigação com professores dá-se pela aproximação daquilo que Antônio Nóvoa (2009) entende como a retomada do professor como ator principal da educação. O pesquisador fortalece a noção de que esses profissionais devam passar a formação para dentro da profissão, apropriando-se de reflexões sobre o próprio fazer e produzindo a partir daí uma nova relação entre pares, com maior permeabilidade das discussões. Entrecruzar docência e sexualidade, evidenciando que as trajetórias de pessoas LGBT encontram impasses, nos permite pensar que outras brechas precisam ser realizadas para que tais sujeitos sejam tomados como protagonistas de suas existências e de suas formações.

³ A utilização da sigla LGBT, ainda que não comporte todas orientações sexuais, identidades e expressões de gênero, refere-se à primeira tentativa de ampla representatividade do coletivo de pessoas não-heterossexuais, sendo cunhada em meados dos anos 1990. Para saber mais sobre esse e outros termos, sugerimos o “Manual de Comunicação LGBTI+” elaborado pela Rede Regional Gay Latino e Aliança Nacional LGBTI, com apoio da UNAIDS (Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS), disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>.

Assim sendo, a seleção dos textos teve como primeiro critério a inclusão daqueles que contivessem palavras, em título, resumo e/ou conteúdo do texto, que indicassem pertencimento ao universo LGBT, quais sejam gay, lésbica, bissexual, travesti, transgênero, transexual, homossexual, homossexualidade, LGBT e seus respectivos plurais, totalizando setenta e um (71) artigos, no GT 23 da ANPEd. Dos materiais encontrados apenas sete (7) artigos contemplam dados sobre docentes LGBT⁴.

Em um primeiro momento apresentaremos alguns conceitos-chave que percorrerão a discussão dos materiais encontrados, servindo de suporte para a compreensão das análises a serem empreendidas e como foi composto o universo de artigos que tem como sujeitos os docentes LGBT. Após, faz-se um apanhado dos referidos estudos, encaminhando-se para as discussões e considerações finais relativas ao que se elaborou a partir destas leituras.

Percurso Teórico e Metodológico da Investigação

Pesquisar sobre a população LGBT e pela discussão desse tema na educação parte das constatações de Rogério Diniz Junqueira (2009) sobre como os mecanismos da homofobia no ambiente escolar não dizem respeito apenas à escola, mas a toda sociedade; bem como do acesso à reportagens da mídia impressa e digital sobre o flagrante preconceito a que essas pessoas são submetidas desde mais tenra idade. O autor discute tendo em vista que “embora para a instituição heteronormativa da sequência sexo-gênero-sexualidade concorram diversos espaços sociais e institucionais, parece ser na escola e na família onde se verificam seus momentos cruciais” (JUNQUEIRA, 2009, p. 19).

Seja considerado que na escola concorrem “proposições, suas imposições e proibições” (LOURO, 1999, p. 21) com efeitos de ‘verdade’ que constituirão, pela vivência, as subjetividades dos envolvidos. Assim, ao falarmos sobre as práticas pedagógicas colocadas em jogo no espaço escolar, não estamos indicando apenas a escola como seu território. Partimos dos escritos de Maria Amélia Franco (2016) sobre as intencionalidades dos projetos compostos pela comunidade e postos em ação na

⁴ Destacamos que, ainda que contenha dados sobre professores LGBT, o artigo “Universo Trans e Educação: Construindo uma Área de Conhecimento”, divulgado em 2015 e autoria de Neil Franco (UFMT/CUA) e Graça Ciccilini (UFU) não fora incluído em nossas análises por se tratar de um levantamento similar ao qual se empreende nesse trabalho, diferindo pela especificidade de nossas discussões ao que fora publicizado nas edições contempladas pelo período e evento mencionados.

escola, ou seja do que é ou não valorizado por aqueles que as compõem. Assim, por terem sido, ao longo da história, demarcadas como as instituições onde as pessoas teriam acesso ao conhecimento necessário para serem inseridos no mundo e da mesma forma serem espaços legitimados para tal, as instituições escola e família sofrem e promovem, simultaneamente, tensões na constituição dos seus atores.

Nesse sentido, se a educação, tal como a entendemos, compõe o “contexto social, do tempo, dos valores, das condições materiais e dos acontecimentos históricos em que se encontra e aos quais se integra” (LOPES, 2008, p. 67), pois é ação na tentativa de transmissão do acumulado de suas ações de construção do mundo e de si mesmo; mais do que a escola, também a comunidade ao seu redor, tem caminhado unidas, por exemplo, perpetuando estigmas através de ensinamentos de o quê e por que saber, mas também de como se portar civilizadamente e de acordo com o gênero que lhe fora atribuído (LOURO, 2000).

Assim, a desvalorização da temática da sexualidade tem reforçado preconceitos, ao mesmo tempo em que tornou a escola como um palco de violências físicas e subjetivas a esse público (LEITE, 2014). As edições do “Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil” (BRASIL, 2012; BRASIL, 2013; BRASIL, 2016), da Secretaria de Direitos Humanos, publicados no site institucional do referido órgão, indicam dados que parecem confirmar tal afirmativa. Dados colhidos em órgãos de acolhimento de denúncias de violência, tais como o Disque Direitos Humanos, a Central de Atendimento à Mulher, a Ouvidoria do SUS revelam os abusos cometidos contra essa população. Indica-se que, apenas em 2011, foram 1713 vítimas e 2275 suspeitos, configurando uma média de

3,97 violações sofridas por cada uma das vítimas, o que parece indicar como a homofobia se faz presente no desejo de destruição (física, moral ou psicológica) não apenas da pessoa específica das vítimas, mas também do que elas representam – ou seja, da existência de pessoas LGBT em geral. (BRASIL, 2012, p. 17)

O número maior de agressores aponta-nos outra questão: a de que a violência perpetrada às pessoas LGBT é cometida por grupos de pessoas, indicando, por vezes, a impossibilidade de defesa das vítimas e um maior número de tipos criminais dado o agravante mencionado. Considera-se importante pontuar que os dados parecem-nos ser subnotificados, indicando semelhanças ao que ocorre nos registros de violência contra a

mulher (OBSERVATÓRIO DA MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA, 2016). A falta de informação “sobre os meios de denúncia e receio de homofobia institucional por parte dos órgãos de denúncia” (BRASIL, 2012, p. 18), pode ser outro ponto para o número ser considerado menor do que a realidade vivenciada por essa população.

Discute-se, nesses materiais, que a naturalização da violência e os discursos de impunidade pode-nos fornecer uma leitura possível para compreendermos esse panorama. Assim, a falta de diálogo, informação e conhecimento sobre os meios de combate e/ou erradicação da violência, além do histórico e dos impactos que essas ações deixam nas pessoas tendem a reforçar tais crimes. A própria desconsideração de pessoas LGBT enquanto sujeitos de direitos atua como agravante nesse panorama. Assim, a impossibilidade de acesso a materiais que promovam a derrubada de mitos e preconceitos sobre esse grupo, entendemos, atua diretamente na promoção da violência.

Diante desse cenário e da fala de Silva (2010, p. 149), a qual indica que estudantes que assumem sua orientação sexual dissidente à norma heterossexual tendem a sofrer acentuadamente “o rechaço e a exclusão dos mais variados grupos de alunos, como também dos professores e de outros profissionais da escola”, faz-se mister compreender que relações esses sujeitos criaram com este ambiente de inserção social, a escola. Portanto, buscamos entender o espaço dado para falar de sexualidade com aqueles que, a despeito das dificuldades existentes no contexto escolar, optaram pela docência enquanto profissão e, portanto, andam na contramão do imaginário social sobre suas potencialidades. Dessa forma, o quadro abaixo exemplifica o trajeto realizado durante a pesquisa, expondo a seleção de artigos de acordo com os critérios de inclusão explicitados anteriormente.

Quadro 1: percurso de seleção de artigos

| Artigos ANPEd/ANO | GT 23: Gênero, Sexualidade e Educação (número/ porcentagem) | Artigos que continham as palavras eleitas para pesquisa (número/ porcentagem) | Artigos que abordam a docência LGBT (número/ porcentagem) |
|----------------------|---|--|---|
| 31ª/2008 | 11 (8,21%) | 4 (2,98%) | 0 (0%) |
| 32ª/2009 | 12 (8,95%) | 9 (6,72%) | 1 (0,75%) |
| 33ª/2010 | 15 (11,19%) | 6 (4,48%) | 1 (0,75%) |

| | | | |
|----------|-------------|-------------|-----------|
| 34ª/2011 | 15 (11,19%) | 4 (2,98%) | 2 (1,49%) |
| 35ª/2012 | 17 (12,69%) | 5 (3,73%) | 0 (0%) |
| 36ª/2013 | 17 (12,69%) | 10 (7,46%) | 2 (1,49%) |
| 37ª/2015 | 26 (19,40%) | 14 (10,45%) | 0 (0%) |
| 38ª/2017 | 21 (15,67%) | 19 (14,18%) | 1 (0,75%) |
| Total: | 134 (100%) | 71 (52,98%) | 7 (5,22%) |

Fonte: Elaborado pela autora.

De forma a concentrar nossos esforços em dar visibilidade à docência exercida por sujeitos LGBT, o próximo tópico abordará especificamente aqueles que tratarem esses sujeitos, servindo como, ainda em pequeno número, demarcação de nossa análise. Assim e diante do exposto no Quadro 1, podemos apontar que diante do panorama geral, em se tratando de um evento de grande porte, as discussões sobre a docência LGBT ainda são incipientes, somando apenas 5,22% dos textos encontrados, no período elencado, bem como não apresentam linearidade, ou seja, existe oscilação entre uma, duas e nenhuma produção com o passar das edições. Dadas as informações sobre o caminho percorrido, a produção dos dados de análise e uma breve apropriação dos dados que nos encaminharam ao tema, passamos à discussão dos mesmos.

O que evidenciaram as pesquisas acadêmicas de 2007 a 2012

Dos sete artigos selecionados, percebemos que a entrevista é o recurso mais utilizado, o que pode ser melhor visualizado no quadro abaixo. Conforme indicado por May (2004), a entrevista é um método que permite a compreensão de como as pessoas decifram seu mundo social e como agem nele, objetivo compartilhado pelos autores. As investigações empreendidas correspondem ao período de 2007 a 2012 e percorrem escolas municipais, estaduais e privadas, com maior incidência nos estados do sul e sudeste e sendo, dado o conjunto de atores sociais entrevistados, quase inexistente os dados sobre as realidades no norte e nordeste do Brasil.

Desse modo foi possível notar, também, a inexistência de trabalhos que abordem as realidades da EBPTT. Sua existência é de fato recente, dado que pode contribuir para

a escassez de discussões, da mesma forma que provoca a construção de novas escritas, acompanhando as possibilidades de desenvolvimento da educação no país a partir dessa modalidade e de sua compreensão.

Quadro 2: Metodologia Utilizada nos Artigos Selecionados

| Ano | Autores | Metodologia Utilizada/ Construção de dados |
|------|-------------------|--|
| 2009 | FRANCO; MOTA | Entrevista |
| 2010 | ALMEIDA; MOTA | Questionário semiestruturado |
| 2011 | ALMEIDA, N.F.P. | Entrevista, questionário e documentos oficiais que regulamentam a educação brasileira. |
| | BRAGA | Entrevista |
| 2013 | TORRES | Entrevista |
| | FRANCO; CICCILINI | Entrevista |
| 2017 | DOS SANTOS | Entrevista com suporte da cartografia |

Fonte: Elaborado pela autora.

Em artigo da 32ª Reunião da ANPEd, Neil Franco e Maria Mota (2009), apontam-nos que o espaço escolar é considerado como morada do conhecimento. Seu foco, portanto, seria o saber científico. Logo, questionamo-nos sobre o espaço deixado para a subjetividade dos sujeitos que a compõem. A sexualidade, assim, continua sendo estranha ao ambiente escolar, sendo manifestada repulsa, direta ou indiretamente, quando observada ou citada – especialmente quando os sujeitos dissidem à heterossexualidade. Os autores entendem que esse posicionamento auxilia na manutenção de práticas pedagógicas baseadas em “normas preconceituosas, excludentes e arbitrárias, principalmente quando as sexualidades e o gênero colocam-se em discussão” (FRANCO; MOTA, 2009, p. 16).

Em material proposto na reunião seguinte, Franco e Mota (2010), reforçam que não parece existir espaço para a pessoalidade do professor. Ao considerar a sexualidade como parte da expressão da identidade dos sujeitos, a negação de partes de si indica-nos que a informação é ou considerada irrelevante ou que se parte de um pressuposto comum a todos os sujeitos. Podemos concluir, então, que a heterossexualidade possui imensa força em nossa sociedade, pois inquestionável, não cabe seu reconhecimento

enquanto processo de subjetivação (FOUCAULT, 1985). Logo, aquelas expressões de sexualidade que não se enquadram em seu espectro são julgadas não-nomeáveis, não-aceitáveis, não-existentes (SILVA, 2000; LOURO, 2009; ALMEIDA, 2011; TORRES, 2013).

Os professores entrevistados por Franco e Mota (2010), incluindo profissionais que se autodefinem LGBT, acreditam que a forma como vivenciam suas sexualidades não deve ser compartilhada em sala de aula. A resposta indica-nos que a ideia central é, portanto, ao falar sobre sexualidade, estariam abordando um espectro muito restrito, o dos atos sexuais e que, por sua vez, devem ser omitidos – ainda que a compreensão sobre a reprodução faça parte do currículo escolar. Na BNCC (BRASIL, 2017), por exemplo, indica-se que na disciplina de Biologia as temáticas relacionadas à anatomia, genética e compreensão acerca das infecções sexualmente transmissíveis (IST) devam ser trabalhadas.

Neil Almeida (2011) critica a discrepância entre os textos elaborados e as pesquisas e teorias de referência sobre sexualidade. Em texto apresentado à 34ª Reunião da ANPEd, o autor destaca que os documentos distribuídos nas instituições escolares tem ignorado a existência de estudos que apresentam pesquisas com dados que divergem dos apresentados em aula, por exemplo, aqueles que se posicionam contra a discriminação de pessoas LGBT. A homofobia, diz, pode ser encontrada no cotidiano escolar através das relações existentes entre alunos e docentes, marcando de diferentes formas todos e todas que ali estão, quer seja pelo tratamento desigual entre os alunos, quer seja pela omissão em casos de violência.

Nesse sentido, parece-nos clara que a manutenção da heteronormatividade ocorre nesses espaços, especialmente quando observamos discursos sobre que tipos de cores devem ser as roupas de meninos e meninas ou do potencial que algum ou outro vestuário tem de “distrair o colega” ou que alguns comportamentos e habilidades são exclusividades de um ou outro, tais como “uma caligrafia muito bonita para um rapaz”. Subsiste aí a ideia de que existam papéis e/ou comportamentos fixos aos sujeitos de forma que estejam relacionadas ao sexo biológico de cada pessoa. Do mesmo modo que são permitidos determinados posicionamentos, também outros são desestimulados, como é o caso da assertividade feminina ou a sensibilidade masculina, as quais funcionariam como indicativo de homossexualidade.

Denise Braga (2011) parte da perspectiva pós-estruturalista para propor discussão sobre experiências transexuais na educação na 34ª Reunião da ANPEd. Discute que é reservado o lugar da abjeção, ou seja, da degradação, àqueles que transitam, mas não se identificam sob as normas de gêneros vigente, sendo considerados menos importantes em relação aos demais. Em outras palavras, são postos de lado os sujeitos que não se reconhecem sob os signos culturais impregnados no sexo biológico com o qual nasceram. A autora entende que a desnaturalização das identidades de gênero e sexuais pode provocar o rompimento com a heteronormatividade, “criando condições para a emergência de novos/outros corpos, como “corpos que importam”, que têm valor” (BRAGA, 2011, p.14). Das três docentes entrevistadas, emergem discursos que indicam a solidão e a ausência de discussões sobre quem são para indicar a busca por uma existência legítima dessas pessoas dentro do ambiente escolar.

Partindo do pressuposto de que o gênero é uma construção social, ao discutir sobre os comportamentos que são considerados estranhos a determinados sujeitos ou sobre como promover a inserção de sujeitos que se autoidentificam transexuais, estamos, no próprio ato da palavra afirmando outras possibilidades de existência. Portanto, falar da Rede Trans Educ Brasil, a partir de Neil Franco e Graça Ciccilini (2013) e Marco Torres (2013), que enquanto coletivo onde professoras trans tem buscado fortalecer demandas fundamentais à garantia legal e ao reconhecimento da identidade de gênero nas políticas de direitos (TORRES, 2013), faz-se de extrema importância. Ambos artigos foram apresentados na 36ª Reunião da ANPEd, momento em que a rede possuía quatro anos de existência.

O coletivo mencionado desponta como território de inteligibilidade da existência de docentes trans, espaço onde podem reconhecer a forma como agem no mundo como possível, ainda que o ambiente escolar esteja configurado como local de sofrimento para esses sujeitos (TORRES, 2013). Os autores convidam para olharmos além das entrevistas realizadas com os sujeitos que compõem a Rede Trans Educ. Ao discutirem que seus processos de escolarização foram demarcados por dificuldades que versam tanto barreiras legais quanto à desconsideração de pessoas trans como sujeitos, o que se expressa com maior exatidão quando diz que “são expostos em razão de se constituírem como “o/a outro/a” do gênero e da sexualidade, portanto, “o/a outro/a” na condição de direitos humanos” (FRANCO; CICCILINI, 2013, p. 6), os autores informam que as

barreiras para sua constituição enquanto detentores de direitos extrapolam o espaço escolar, ou como nos aponta Franco (2016, p. 541), dizem da comunidade social.

Dessa forma, a conexão dessas professoras, articuladas, permite que se constitua um ambiente de representatividade àquelas meninas que, enquanto alunas, podem sonhar com um futuro diferente do que a sociedade lhes tem informado. Logo, devemos compreender que tais sujeitos representam uma parcela ínfima que conseguiu superar as estratégias da heteronormatividade, tais como a violência imposta a seus corpos – quer seja pelo silenciamento, quer seja pelas agressões sofridas. As situações de violência as quais são expostas e seus agravos, entendem, deve-se à “fragilidade das ações de enfrentamento do estigma, do preconceito e das políticas públicas destinadas às necessidades básicas desses sujeitos” (FRANCO; CICILLINI, 2013, p. 12).

O Relatório de Violência Homofóbica no Brasil (2012) parece encaminhar-nos para tal fato, pois informa que “[...] apesar de vítimas de violências homofóbicas denunciadas estarem presentes em todos os níveis de escolaridade, estas se concentram entre aquelas pessoas que têm até o ensino médio completo, com 58,3% das marcações” (BRASIL, 2012, p. 27). Dessa maneira, resta-nos o questionamento se os potenciais denunciantes conhecem seus direitos e, em caso afirmativo, as justificativas para a não-denúncia, nos remetem ao próprio preconceito estar institucionalizado.

Podemos ressaltar, a título de exemplo da institucionalização da homofobia e seus correlatos, três aspectos essenciais, quais sejam, a de que há presunção da heterossexualidade das pessoas e portanto não são adicionados os dados que poderiam indicar relações dos atos de violência com motivações homofóbicas, lesbofóbicas ou transfóbicas, alguns atos não serem reconhecidos como práticas de violência pelas vítimas por autoculpabilização pelos atos ocorridos – assunção de que mereceram ou de que se expuseram aos atos –, bem como o receio de retaliações e a naturalização da violência inclusive nos espaços que deveriam protegê-las (BRASIL, 2012).

Santos (2017), na 38ª Reunião da ANPEd, apresenta artigo no qual tem por hipótese que a construção de uma docência-decente e as relações criadas a partir desse controle das representações do ser professor surge e/ou intensifica-se com a entrada da mulher no campo da educação. Tensiona em seu texto a presença que docentes trans promovem ao reivindicarem e adentrarem na educação. A partir dos escritos de Louro (1986), entende que a instrução feminina tinha por objetivo repassar instrução moral e

delimitar o espaço a ser ocupado pelas mulheres – em um primeiro momento aquelas pertencentes à elite brasileira –, mantendo-as em posições subalternas às masculinas. Tal discurso reflete sobremaneira na imagem que ainda possuímos sobre essas profissionais, qual seja, aquelas que devem exercer o cuidado, além do ensino.

Nesse sentido, a feminização da educação ora surgia como substituto da maternidade para as solteiras, ora como complemento da função maternal, pois nesse regime de poderes-saberes-verdades (FOUCAULT, 2010) estariam cumprindo seu destino no encaminhamento das crianças à educação. Por não desejarem ocupar o espaço orientado para a “masculinidade” e por não serem reconhecidas, sob a “feminilidade” impressa em seus comportamentos, vestimentas, as professoras trans, entrevistadas por Dos Santos (2017) são lançadas à busca de estratégias para demarcação para terem sua existência legitimada. Humor, militância política e imposição de altos níveis de exigência são algumas das atitudes empreendidas.

Desse modo, propor uma produção de dados, ainda que breve sobre os espaços dados à discussões que envolvam a existência de professores LGBT, permitiu-nos entender que dada carga de responsabilidades e a atual desvalorização de sua posição enquanto profissão, somadas à prevalência de discursos que continuam induzindo ao silenciamento das sexualidades, os espaços que podem ser produzidos pelos docentes para promover a valorização das diferenças encontra barreiras fortemente declaradas.

No centro das discussões sobre o que pode uma docência, os professores acabam por ter sua autonomia e sua potência criadora abafadas pelas disputas político-ideológicas, além da pressão pela manutenção do status quo vigente e, por vezes obsoleto. A partir disso, as questões apontadas por teóricos da educação, tais como Nóvoa (2009), sobre a necessidade de reflexão dos seus fazeres e saberes, da profissionalização docente e a transposição do imaginário corrente de aplicador de técnicas para agente ativo e crítico, tornam-se mais necessárias.

Diante da consciência de sua importância no questionamento da ordem social vigente e dos preconceitos reproduzidos e notificados pelos autores, os quais se fazem referência nesse artigo, é que podemos afirmar ser a escola também um espaço de exclusão daqueles que não correspondem aos padrões estabelecidos pelo domínio da heteronormatividade. Se a sexualidade também compõe a forma como os sujeitos se

reconhecem e são reconhecidos no mundo, encaminhamo-nos para as considerações finais de forma a traçar um breve resumo do que fora pinçado nessa pesquisa.

Considerações Finais

Considerando que os discursos tem potencialidade de produzir nossas formas de existir e mais especificamente, os significados atribuídos a essas formas, podemos levantar algumas ponderações sobre os textos ora analisados. Ao falarmos que a escola é também um espaço de exclusão, dizemos das relações e dos sentidos que se constituem através das mediações desse espaço, fortalecidas pela ideia de que os sujeitos que experimentam o processo de escolarização correspondem a um sujeito ideal e geralmente padronizado, tal qual se é idealizado no conjunto social. Encontramos sustentação nessa lógica ao observarmos que, nos textos que compõem nossa análise, a lógica sexo-gênero-sexualidade é posta em evidência e aqueles que não se reconhecem sob esses signos são considerados desviantes, como nos indica Louro (2009) – e portanto que devam ser corrigidos. Assim, de forma a organizar as considerações possíveis, passamos diretamente a sua nomeação.

A primeira delas é a evidência de poucas pesquisas que discutem a especificidade das docências LGBT, bem como não contemplam os diferentes níveis de educação, posto que, como mencionado, apenas 5,22% dos artigos do GT-23 das Reuniões Anuais da ANPEd versam sobre esse público. A segunda é a correlação entre os artigos apresentados, especialmente na escolha da metodologia, que permite que os sujeitos tenham voz na produção de sua história, indicando ao mesmo tempo suas estratégias de enfrentamento e os percalços pelos quais passaram até o reconhecimento de ser docente. E a terceira e não menos importante é a evidente presença da heteronormatividade compulsória nos espaços que constituem o ambiente escolar, quer seja nos materiais utilizados, quer sejam as normas sociais que compõem a escola e sua comunidade, afinal presumir que o outro é apenas aquilo que consigo ver corresponde a uma fantasia, uma projeção minha e não do outro.

Trabalhos que investigam a sexualidade humana como um dispositivo histórico, ou seja, que funcionam a partir das descobertas de potenciais verdades sobre os sujeitos e da expressão de suas sexualidades arriscam-se a funcionar como aparatos de controle

social sobre as populações que se identificam a partir dessas categorias pois evidenciam uma produção e leitura possível sobre esses corpos. Há que ter cuidado, portanto, pois não se pode negar que a partir da sexualidade produziram-se discursos institucionais, leis, enunciações científicas, pois exatamente é essa a função de um dispositivo, manter uma determinada forma de domínio (FOUCAULT, 1988).

Desse modo, os espaços e/ou as formas de ocupação pelos professores e professoras LGBT transitam por diferentes representações, podendo ser elas o estranhamento, a marginalidade, a invisibilidade. Michel Foucault (1988;1999) citou em diversos momentos que onde há poder há também resistência, há o jogo de forças que constituem o que assumimos como verdades e pelas quais reconhecemos a nós, os outros, nossos propósitos, etc. Nesse sentido, as estratégias lançadas pelos docentes entrevistados para dar conta das barreiras impostas ao seu exercício de cidadania, apontam as possibilidades de resistência e vivências utilizadas.

Evidenciar outras vozes, outros discursos, como os relatos de violências sofridas, anunciadas ou veladas, da Educação Básica até as presentes nos cursos universitários e seus ambientes profissionais, demonstram que a homofobia encontra-se presente nos diferentes espaços ocupados pelos sujeitos, não estando restrita a uma ou outra faixa socioeconômica, grau de instrução, religião, cor, raça, etnia. E portanto, põem-nos vigilantes sobre onde e como podemos inserir brechas para a produção de novas representações sobre a docência e seus papéis, inclusive sobre os docentes LGBT. Lembramos que não cabe uma postulação de verdade a partir dos dados acolhidos nessa pesquisa, posto que se restringe a uma parcela restrita de pesquisas.

Nesse sentido, os trabalhos que ora configuram nossa pesquisa e a própria busca pela expressividade desses trabalhos dentro das ciências da educação evidencia que o espaço dado a esses docentes precisa aumentar, transformar esses riscos em potência, produzir novos discursos de forma que outras formas de fazer ver e fazer serem vistas as docências LGBT. Do mesmo modo, faz-se necessário que os professores que desejam conduzir as discussões que surgirem – pois é essencial que se esteja confortável para falar sobre o assunto –, além de se apropriarem de estudos atualizados, exercitem a sensibilidade para acolher as demandas de seus alunos, pois mais do que dominar todas as técnicas e conteúdos, como bem diria Carl Gustav Jung, precisamos ser apenas mais uma alma humana: é preciso humanizar nosso corpo humano.

Admitir nossas reservas em relação ao tema não é inadequado, mas fortalecer o preconceito quando esse passa a justificar ações de violência, sim. Desse modo compõem os objetivos de uma educação sexual ou para a sexualidade reconhecer nossas emoções e das emoções do outro, os cuidados com o nosso corpo e o corpo do outro, o que é considerado papel de homem ou de mulher e os porquês apresentados, como se configura a divisão binária dos sexos em outros contextos que não os nossos, a divisão social do trabalho, etc., ou seja, atividades que nos conduzem ao respeito da diversidade que compõem o mundo. Porém não cabe apenas à escola esse papel. Entendendo que escola é reflexo da comunidade onde está inserida e, por sua vez, da sociedade, avanços nas discussões sobre a sexualidade só serão possíveis quando esta for reconhecida como parte importante da subjetividade. Saber da sexualidade é saber do mundo também.

Referências

- ALMEIDA, N.F.P. (Homo)Sexualidades e Gênero nos Documentos Oficiais da Educação. IN: Reunião Anual da ANPEd, 34^a, 2011. Salvador. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT23/GT23-39%20int.pdf>>. Acesso em: 05 out 2017.
- ALMEIDA; MOTA, M.V.S. A Visibilidade da Sexualidade do/a Docente Homossexual na Escola. IN: Reunião Anual da ANPEd, 33^a, 2010. Caxambu. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT23-6209--Int.pdf>>. Acesso em: 05 out 2017.
- ALMEIDA; MOTA, M.V.S. Docências Que Transitam Pelas Fronteiras Das Sexualidades E Do Gênero: A Escola Como Espaço De Imposições De Poderes E Resistências. IN: Reunião Anual da ANPEd, 32^a, 2009. Caxambu. Disponível em: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5887--Int.pdf>>. Acesso em: 05 out 2017.
- BRAGA, D.S. A Experiência Transexual: Estigma, Estereótipo e Desqualificação Social no Intramuros da Escola. IN: Reunião Anual da ANPEd, 34^a, 2011. Salvador. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT23/GT23-204%20int.pdf>>. Acesso em: 05 out 2017.
- BRASIL. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil**: ano 2011. Secretaria Especial de Direitos Humanos Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 2012. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-2011-1>>. Acesso em: 28 out 2017.
- BRASIL. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil**: ano 2012. Secretaria Especial de Direitos Humanos Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012>>. Acesso em 28 out 2017.

BRASIL. **Relatório de Violência Homofóbica no Brasil**: ano 2013. Secretaria Especial de Direitos Humanos Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. 2016. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/dados-estatisticos/Relatorio2013.pdf>>. Acesso em 28 out 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79611-anexo-texto-bncc-aprovado-em-15-12-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 16 dez 2017.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: Feminismo e Subversão de Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

DOS SANTOS, D.B.C. **Docências Trans***: entre a decência e a abjeção. IN: Reunião Anual da ANPEd, 38ª, 2017. São Luís. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT23_896.pdf>. Acesso em: 03 jan 2018.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade III**: O cuidado de si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

FOUCAULT, M.. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M.. **Vigiar e Punir**. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M.. **Microfísica do poder**. 28ª reimp. Trad. e Org. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2010.

FRANCO, N.; CICILLINI, G.A. Professoras travestis e transexuais brasileiras e seu processo de escolarização: caminhos percorridos e obstáculos enfrentados. IN: Reunião Anual da ANPEd, 36ª, 2013. Goiânia. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_3241_texto.pdf>. Acesso em: 05 out 2017.

FRANCO, M. A. R. S. Prática pedagógica e docência: um olhar a partir da epistemologia do conceito. **Rev. bras. Estud. pedagog.** (on-line), Brasília, v. 97, n. 247, p. 534-551, set./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbeped/v97n247/2176-6681-rbeped-97-247-00534.pdf>>. Acesso em 13 jun 2018.

JUNQUEIRA, R.D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. IN: JUNQUEIRA, R. D. (org). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

LEITE, E. N. “**A homofobia no Brasil: Um Problema Que Precisa Ser Superado.**”

Texto publicado em 15 de maio de 2014. Disponível em:

<<https://www.cut.org.br/artigos/a-homofobia-no-brasil-um-problema-que-precisa-ser-superado>>. Acesso em 19 set 2017.

LOPES, R. M. G. P. Concepções pedagógicas e emancipação humana: um estudo crítico. IN: PIMENTA, **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. São Paulo: Cortez, 2008, p. 61-82.

LOURO, G.L. **Prendas e antiprendas: uma história da educação feminina no Rio Grande do Sul**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Faculdade de Educação. Campinas – SP, 1986.

LOURO, G.L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. p. 85-94.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.

OBSERVATÓRIO DA VIOLENCIA CONTRA A MULHER. **Panorama da violência contra as mulheres no Brasil: indicadores nacionais e estaduais**, n. 1. Brasília: Senado Federal, 2016.

PENA, A. L.; GASTAL, M. L. A. Narrativas autobiográficas: metodologia de investigação e de formação de professores para o tema da sexualidade humana. **Enseñanza de las ciencias: revista de investigación y experiencias didácticas** [online], 2017, n. extra, p. 355-360. Disponível em:<<https://www.raco.cat/index.php/Ensenanza/article/view/334387>>. Acesso em: 13 jun 2018.

SILVA, A.B.B. **Bullying: mentes perigosas na escola**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2010.

TORRES, M.A. **Docência, Transexualidades e Travestilidades: A Emergência Rede Trans Educ Brasil**. IN: Reunião Anual da ANPEd, 36ª, 2013. Goiânia. Disponível em: <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt23_trabalhos_pdfs/gt23_2816_texto.pdf>. Acesso em: 05 out 2017.

VIDOR, A.; REZENDE, C.; PACHECO, E.; CALDAS, L. Institutos Federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões. In: PACHECO, E. (org). **Institutos Federais uma Revolução Na Educação Profissional e Tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011. p. 47-113.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

Recebido em março de 2019.

Aprovado em junho de 2019.